Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030



Este relatório é um trabalho conjunto das OSC na sua participação no processo de Elaboração do segundo Relatório Voluntário, mecanismo de acompanhamento e de revisão da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Liderado pelo Estado, permite a partilha de experiências, sucessos, desafios e boas práticas passíveis de acelerar a implementação da Agenda 2030

A Agenda 2030 é um instrumento politico e de ação global que desafia os países a priorizarem as áreas de desenvolvimento com foco na igualdada de oportunidades, justiça social e promoção dos Direitos Humanos. No entanto, os Estados têm a obrigação moral e politica de implementar politicas eficazes e eficientes não deixando ninguém para trás.

No âmbito do lançamento do exercício da VNR Cabo Verde 2021, a sociedade Civil Cabo Verdiana realizou 2 seminários, uma na Praia e no Mindelo com o objetivo de avaliar os progressos e os desafios na Implementação do ODS e da Agenda 2030. Este exercício participativo e participado contou com a participação de 30 OSC sob a orientação e organização da Plataforma das OSC – CV.

Apesar dos ganhos atingidos por Cabo verde na implementação dos ODS nos diferentes sectores de desenvolvimento ainda persistem desafios que afetam os mais pobres na afetação dos recursos públicos e na melhoria da sua condição de vida. Se faz necessário politicas publicas mais eficazes que vão de encontro ás demandas sociais em estreita articulação com as comunidades e a sociedade civil. Hoje vivenciamos um país muito desigual e com assimetrias regionais que comprometem a igualdade e a justiça





social. Enquanto sociedade civil estamos comprometidos com os valores de:

- IGUALDADE Somos contra a todas as formas de desigualdades entre pessoas, grupos ou países, sejam elas de origem económica, politica, social, religiosa, territorial e identidade de gênero
- Solidariedade Valorizando o coletivo e o trabalho cooperativo superando a concorrência e as relações de exploração
- Respeito á Pluralidade Reconhecemos e respeitamos a diversidade de opiniões modos de vida e de posições politicas como legitimas manifestações do ser plural e da complexidade da sociedade
- Autonomia Atuamos com total autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos
- Transparência Valorizamos a partilha de informação e de conhecimentos. A prestação de contas faz parte do nosso DNA e do nosso compromisso com a legalidade e o Estado de Direito Democrático.

Recomendações da sociedade Civil



Para não deixar ninguém para trás e retomar o avanço das politicas preconizadas pelo governa na luta contra a Pobreza recomendamos um conjunto de ações coordenadas e interdependentes:

- Investir num desenvolvimento económico que garanta inclusão social e geração de emprego
- Adotar mediadas e politicas em articulação com a sociedade civil organizada detentora de um conhecimento de proximidade com as comunidades mais carentes
- Maior assertividade na alocação de recursos destinados aos mais pobres.





- Implementar uma politica agraria que viabilize o acesso á terra para os pequenos agricultores e sua inserção no mercado
- ♣ Prosseguir na recuperação do salario mínimo ajustando á nova realidade social e económica do país.
- Fortalecer as politicas habitacionais e priorizar as populações em diferentes condições de habitabilidade
- ♣ Reforças as politicas de Micro Credito em todo o território Nacional
- ♣ Promover atividades geradoras de rendimento aos jovens desempregados e fora do sistema de ensino Formal
- Maior atenção á mulheres chefes de família na promoção de atividades geradoras de rendimento que sejam sustentáveis e com proteção social
- ♣ Rever as politicas de Proteção social e a sua sustentabilidade
- Criar mecanismos que permitam a transição do mercado informal para o formal com garantia de Proteção social.



Ciente dos avanços de Cabo verde com a massificação e a gratuidade do ensino, é evidente a necessidade urgente de uma nova abordagem educativa na construção de um cidadão mais ativo e consciente das suas responsabilidades com o ambiente e o seu próximo. A falta de uma estratégia eficaz que garanta a qualidade do processo ensino aprendizagem tem comprometido a entrada dos jovens no mercado de trabalho e consequentemente gerado mais desigualdades socias.

Não será possível termos uma Educação de Qualidade se não definirmos de forma clara os indicadores quantitativos e qualitativos que queremos e como iremos medi-los.

Enquanto sociedade Civil Organizada constatamos que para os mais vulneráveis a Educação ainda não constitui um instrumento estratégico de luta contra a Pobreza. Se faz necessário uma maior e melhor relação entre a educação e o mercado de trabalho.





Recomendações:

- Investir na qualidade do processo ensino Aprendizagem em todos os níveis de ensino com particular atenção ao Ensino Secundário e Universitário
- Reforçar a formação continua dos professores em articulação com as politicas e reformas preconizadas pelo país.
- ♣ Investir no processo de digitalização das escolas e transformação digital
- Reforçar os objetivos do projeto das Cantinas escolares para que seja mais sustentável e promova o mercado local
- Investir em medidas de acompanhamento das adolescentes gravidas que não perderam o seu Direito constitucional á qualidade da Educação
- ♣ Promover e incentivar de forma sistemática uma relação de proximidade entre a escola e comunidade baseada numa relação de iguais e de parceria
- ♣ Investir em elementos quantitativos e qualitativos para a avaliação do sistema ensino aprendizagem em Cabo Verde
- Incluir e implementar no curriculum escolar cabo-verdiano competências de Género e luta contra a VBG
- Reforçar a qualidade da Educação Infantil em Cabo Verde assumindo integralmente como um sistema e um Direito á Educação para todos
- ♣ Promover o voluntariado, o associativismo e o respeito pelo bem comum enquanto competências transversais em todas as áreas de conhecimento
- Criação de um fundo social para a Educação promovendo não apenas o acesso, mas a permanência dos mais vulneráveis
- Reforçar a formação da comunidade educativa em metodologias e técnicas educativas que promovam a aprendizagem das pessoas com deficiência em todos as ilhas Cabo verde
- ♣ Dotar as infraestruturas Educativas de condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência.
- Revisitar as politicas de acesso ao Ensino Superior e criar mecanismos para que os jovens das famílias mais carenciadas possam ter a oportunidade legitima de frequentar o ensino superior





- ♣ Promover e reforçar a pesquisa e o conhecimento de extensão junto das comunidades locais.
- ♣ Criar projetos de pesquisa com temáticas que possam reforçar a cidadania, os Direitos Humanos e a justiça social
- Revisitar e adotar os Projetos de Educação para todos com enfase na Educação ao longo da vida em todo o território Nacional
- ♣ Reforçar o ensino á distancia enquanto uma estratégia de reforço das competências educativas e promover centros multimédia nas comunidades
- Adaptar os Manuais Escolares de conteúdos que reforçam o nosso patriotismo Estado e promova a Integração Africana
- ♣ Promover a Educação Informal nas comunidades através dos centros comunitários
- Reforçar as estruturas educativas Municipais e associativos para garantirem o reforço escolar no período contrario ás aulas



As reformas levadas a acabo pelos sucessivos governos em matéria de Igualdade de género tem alterado de forma substantiva as relações homem- mulher em Cabo verde. Nos congratulamos com todas as politicas implementadas em prol da igualdade, mas persistem desafios que violam os Direitos humanos e o Direito de ser mulher numa sociedade livre e democrática. A violação sexual de meninas e o assedio no local de trabalho são exemplos dos desafios que persistem e que colocam em causa a igualdade.

Recomendações:

- Reforçar as politicas de proteção á vitima de VBG incluindo o agressor
- Investir na construção de casas de acolhimento para as vitimas de VBG em todas as ilhas de cabo Verde
- Promover programas assertivas para a inclusão de vitimas de VBG no mercado de trabalho



- Reforçar a capacidade técnica/interventiva das Organizações da sociedade civil na prevenção e denuncia dos casos de VBG
- Acelerar o processo judicial dos casos de VBG
- Revisitar a lei de VBG e fazer a sua adequação aos grupos LGBT
- Reativação das redes de atendimento e assistência ás vitimas de VBG
- Criação de politicas e programas para a construção de uma "nova masculinidade"
- Revisitar as Politicas de Igualdade de Género e elaborar uma estratégia de não deixar os "rapazes para trás".
- Criar instrumentos mais eficazes para que a lei da paridade seja cumprida e respeitada pelos partidos políticos.
- ♣ Garantir que a menina adolescente gravida tenha os mesmos direitos á educação que o rapaz adolescente
- Reforçar os projetos de Planeamento Familiar e saúde sexual e reprodutivas em todas as ilhas e recantos dos pais

11.06. PLATAFORMA DAS ONG'S

